

AS EVIDÊNCIAS DO DISCURSO
NEOLIBERAL NA MÍDIA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Coleção A espessura da linguagem

Comissão Editorial

MÓNICA G. ZOPPI FONTANA (Coordenadora)

CÁRMEN LÚCIA HERNANDES AGUSTINI – FREDIA INDURSKY

GRECIELY CRISTINA DA COSTA – MARIA INÊS PETRUCCI ROSA

TAISIR MAHMUDO KARIM

Thierry Guilbert

AS EVIDÊNCIAS DO
DISCURSO NEOLIBERAL
NA MÍDIA

Tradução

Guilherme Adorno

Luciana Nogueira

Luís Fernando Bulhões Figueira

Mónica G. Zoppi Fontana

EDITORA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

G943e Guilbert, Thierry
As evidências do discurso neoliberal na mídia / Thierry Guilbert.
Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

1. Imprensa. 2. Neoliberalismo. 3. Análise do discurso.
I. Título.

CDD - 070
- 320.51
- 401.41

ISBN 978-65-86253-19-1

Título original: *L'“evidence” du discours néolibéral: Analyse dans la presse écrite*

Copyright © Thierry Guilbert
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

CAPES Print – Processo 1042993P

Projeto: As linguagens da cultura: Entre arte, língua e conhecimento através dos tempos

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do(s) autor(es) e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3o andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA, por Mônica G. Zoppi Fontana	7
NOTA AO LEITOR BRASILEIRO	11
INTRODUÇÃO	13
Os três polos “democráticos”	17
<i>Poder político e mídia</i>	17
<i>Poder da opinião ou opinião do poder?</i>	19
O que é o discurso neoliberal?	20
<i>Discurso neoliberal, liberal, ultraliberal, capitalista?</i>	20
<i>Sete “evidências” liberais a desconstruir:</i>	
<i>O contexto ideológico</i>	24
<i>As tópicas neoliberais</i>	27
A análise do discurso neoliberal	31
<i>O ponto de vista da análise do discurso</i>	31
<i>A escolha do “suporte”</i>	32
<i>Contextos sócio-históricos: “Crises sociais”</i>	33
1. A DISSIMULAÇÃO IDEOLÓGICA	37
1.1 Ideologia ou propaganda?	39
1.2 A dupla dissimulação	42
1.2.1 <i>O sagrado constitutivo e o sagrado mostrado</i>	43
1.2.2 <i>A “racionalidade” do discurso</i>	45
2. O QUE NOMEAR QUER DIZER	51
2.1 Nominalizar é pressupor	53
2.2 Nomear os atores	59
2.3 Nomear o acontecimento	62

3. A OPINIÃO PENSA QUE... OU O CAVALO DE TROIA	65
3.1 As pesquisas de opinião	65
3.2 A figura da opinião.....	69
3.2.1 <i>O sentido da opinião</i>	69
3.2.2 <i>Uma dupla opinião</i>	72
3.3 A constituição de opiniões compartilhadas	74
4. UM “QUADRO NATURAL”	81
4.1 Quadros primários.....	82
4.2 A manipulação dos quadros.....	83
4.2.1 <i>A “naturalidade” do DNL</i>	84
4.2.2 <i>A tempestade das subprimes”</i>	87
5. O BOM MODELO	93
5.1 A competição	94
5.1.1 <i>A comparação com o vizinho</i>	98
5.1.2 <i>A “exceção francesa”</i>	102
5.1.3 <i>O “bom aluno”</i>	109
5.2 A guerra dos chefes.....	109
6. ARGUMENTAÇÃO OU MANIPULAÇÃO?.....	113
6.1 Retórica da persuasão	113
6.2 Figuras argumentativas.....	114
6.3 Moldes argumentativos	118
6.3.1 <i>Associar ou amalgamar?</i>	119
6.3.2 <i>A escolha ou a falsa alternativa?</i>	126
CONCLUSÃO.....	131
Não ditos sobrepostos	131
O consenso da “comunicação”.....	132
<i>A metalinguagem da comunicação</i>	133
<i>O metadiscurso do consenso</i>	134

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

No momento de apresentação deste livro, o mundo – e a América Latina, em particular – vive uma nova onda de imposição de medidas econômicas neoliberais por parte de governos conservadores eleitos pelo voto popular. Os direitos conquistados historicamente ao preço de muita luta e organização são desrespeitados e extintos por meio de uma ação orquestrada que envolve atores políticos (os poderes executivo e legislativo, os *lobbys* poderosos que se articulam para impor seus interesses na definição de políticas públicas), atores jurídicos (o papel do aparelho judicial para reprimir a reivindicação de direitos e de reparação de danos pela via do Direito) e, principalmente, os meios de comunicação de massa, que agem para a naturalização de medidas impopulares como “soluções necessárias” ou “reformas urgentes” para evitar um “mal pior”. Chile, Equador, Argentina, Uruguai, França e Espanha, para mencionar só alguns dos muitos países que se encontravam, ao final de 2019, tomados por ondas de protestos multitudinários contra as medidas de austeridade neoliberais, são claros exemplos atuais dos funcionamentos discursivos descritos na obra de Thierry Guilbert, que ganha assim relevância e vigência indiscutíveis.

O grande mérito do livro *As evidências do discurso neoliberal na mídia* é mostrar, por meio de uma pesquisa bem fundamentada teoricamente e amplamente documentada, o

modo como os meios de comunicação, sobretudo a imprensa, intervêm na cena política, naturalizando o inaceitável e apresentando como necessário e evidente o que é uma opção de política econômica que privilegia o lucro do capital financeiro e defende novas formas de exploração do trabalho. As análises do autor, que remontam a publicações da imprensa francesa datadas de 1995 a 2010, são preciosas no sentido de demonstrar como uma memória é construída pela repetição e pela difusão de enunciados ao longo do tempo. O efeito de evidência e naturalização é resultado dessa repetição insistente, ininterrupta, hegemônica: assim se constrói um suposto consenso. A perversidade desse funcionamento está em atribuir à “opinião pública” aquilo que foi tão bem articulado e imposto ao longo do tempo. Em nome da “opinião pública”, personagem que permite justificar as medidas mais impopulares, as pessoas perdem seus empregos, ficam sem trabalho, são submetidas a condições de quase escravidão e a todo tipo de humilhação. O Estado é desmantelado e a educação, a saúde e a cultura sofrem um ataque frontal, tendo seus orçamentos reduzidos ao ponto de inviabilizar a atenção à população.

As práticas neoliberais já foram objeto de estudo e pesquisa, principalmente em seus aspectos econômicos, políticos, sociais, jurídicos e administrativos. A originalidade desta obra é trazer a dimensão da linguagem para o centro da cena: o discurso neoliberal e sua eficácia ideológica para produzir identificações nos indivíduos e para moldar suas demandas e desejos. É pela linguagem que a dimensão subjetiva das “reformas” neoliberais pode ser observada e seus impactos na vida das pessoas podem ser analisados. O dis-

curso neoliberal intervém como força material na produção de um consenso imposto sem alarde e sub-repticiamente. Assim, na luta contra o capital, na sua versão neoliberal globalizada, os embates de deslocamento ideológico ganham um papel fundamental. Eis a relevância e a urgência de compreender o funcionamento do discurso neoliberal, de desmontar os dispositivos linguísticos que organizam a formulação de seus enunciados e, sobretudo, de reconhecer a série histórica de repetições que constituem uma memória consistente e aparentemente incontestada, por meio da qual são produzidos os efeitos de naturalização e evidência, que, como diz o autor desta obra, se apresentam como os “sagrados” do discurso econômico atual.

A análise do discurso, na condição de disciplina que aborda o funcionamento social da linguagem e a determinação histórica dos processos de significação, fornece o marco conceitual apropriado para a reflexão teórica e a análise empírica do discurso neoliberal na conjuntura atual. Ela nos possibilita, com base na pesquisa apresentada pelo autor, compreender o quanto de continuidade e repetição há nessas investidas cíclicas da ordem neoliberal contra os anseios de justiça social e dignidade da população. Revelando os mecanismos de construção de sua eficácia ideológica, esta obra abre também uma brecha para a luta contra o discurso neoliberal, mediante a desnaturalização das evidências que ele produz e projeta. E esse é seu maior trunfo.

Mónica G. Zoppi Fontana

A versão francesa deste livro foi publicada por uma editora engajada (Les Éditions du Croquant), com o duplo propósito de divulgar os resultados de minha pesquisa e de popularizar certa maneira de abordar o discurso econômico na imprensa, a da análise do discurso. A imprensa não é apenas um reflexo do que está acontecendo em um país. Com seu discurso, ela cumpre um papel ativo, por exemplo, na apresentação e na representação das “reformas” neoliberais. Com reflexos, portanto, no que os cidadãos pensam sobre elas.

Os exemplos analisados neste livro datam de 1995, 2003, 2006 e 2010. Poderíamos pensar que as coisas mudaram muito hoje, mas este não é o caso: na França, por exemplo, no mês de dezembro de 2019 vimos implementada *novamente* a “reforma” das aposentadorias, o que deu lugar *novamente* a protestos e contestação por parte da população. A imprensa e os meios de comunicação desempenham exatamente o mesmo papel hoje, tal como então. Se o passo do tempo não muda praticamente nada, acho que o mesmo acontece com o deslocamento espacial: o papel ativo do discurso da mídia é certamente o mesmo em outros países, como no Brasil; as “reformas” neoliberais ocorridas nos últimos anos e as reações das pessoas, infelizmente, mostram-nos a relevância e a atualidade deste livro.

Espero, então, que este meu livro possa trazer uma pequena ajuda aos jovens, e não tão jovens, pesquisadores(as)

brasileiros(as) que querem entender como o discurso neoliberal consegue se passar como óbvio, como os cidadãos acabam votando em candidatos que o repetem e como tal discurso se tornou predominante.

Finalmente, gostaria de agradecer calorosamente à minha querida amiga Mónica Graciela Zoppi Fontana e à Editora da Unicamp pela oportunidade de dar a conhecer o meu trabalho no Brasil – terra da análise do discurso e país tão querido do meu coração há tantos anos. Gostaria também de agradecer sinceramente a toda a equipe que traduziu o livro e que me permitiu revisar o texto: obrigado Luciana, Luís e Guilherme, foi um verdadeiro prazer trabalhar com vocês.

Thierry Guilbert

E todos eles se sentiam presos a uma armadilha mais poderosa que eles próprios. Alguns detestavam os algarismos que os impeliam a assim proceder, e outros tinham medo e ainda outros gostavam dos algarismos porque eles lhes forneciam um refúgio contra os tormentos de sua consciência.

As vinhas da ira, de J. Steinbeck*

“São apenas palavras”, diz a “sabedoria popular”.¹ Como todo adágio, este comporta uma parte de verdade e outra de falsidade e, como todo enunciado de valor geral, subentende um “dever fazer”.² O emprego desse adágio tem assim por objetivo lembrar, por um lado, que não podemos – e sobretudo que *não devemos* – confiar nas palavras, porque elas podem enganar, e, por outro, que *não é preciso* lhes atribuir (tanta) importância, porque elas não têm o valor dos atos.

Ora, se *é preciso* desconfiar das palavras, negar-lhes toda importância seria uma atitude contraditória: é justamente porque elas podem enganar que as palavras merecem toda a nossa atenção. E se é verdade que a significação de um enunciado ultrapassa amplamente o sentido das palavras que o compõem, é preciso então tomar o enunciado por aquilo que ele é, isto é, um ato.

* Trad. Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. Rio de Janeiro, Record, 2013. (N. da R.)

1 Encontramos esse lugar-comum de diversas formas, em diversos suportes e diferentes épocas, por exemplo: a famosa “língua de madeira” da esfera político-midiática; este verso de Molière: “Eu vivo de boa sopa, e não de linguagem bonita”; este provérbio brasileiro: “A palavra não tempera a sopa”; ou ainda esta canção popular do século XX: “Palavras, palavras”.

2 Thierry Guilbert. *Le discours idéologique ou la force de l'evidence*. Paris, L'Harmattan, 2007, pp. 200-201.

É esse ponto de vista sobre a linguagem – o da “análise do discurso” – que eu seguirei aqui, interessando-me pela atualidade social recente. Minhas análises se ligam ao que dizem as palavras dos jornalistas – notadamente durante “crises sociais” – e tratam de artigos provenientes dos principais jornais de referência franceses e de seus *sites* na internet. Esses artigos fornecem, à sagacidade de um leitor prevenido, numerosos exemplos da força de persuasão das palavras do “discurso neoliberal” – expressão à qual retornarei mais adiante. Encontramos aí esse discurso de forma concentrada, por exemplo, nas expressões seguintes (das quais algumas serão estudadas aqui): “a necessidade da reforma”, “os usuários feitos reféns”, “a exceção francesa”, “a flexibilidade do trabalho”, “os planos sociais”, “os encargos patronais”, “o déficit das contas públicas” ou ainda “o rombo da Previdência” [*trou de la Sécu*].³

Podemos desde já observar que poucos jornalistas escolhem não retomar essas fórmulas feitas e que menos ainda são aqueles que as evitam ou as questionam. “Qual a importância disso?”, poderiam me retorquir. A primeira resposta a essa questão é que a escolha das palavras e das expressões não é anódina, pois as palavras empregadas propõem uma determinada leitura do mundo. A segunda resposta concerne à democracia. Os jornalistas, e mais amplamente os meios de comunicação, têm que assumir, teoricamente, um duplo contrato e uma dupla responsabilidade: informar seus leitores de modo “objetivo”⁴ e desempenhar o papel de um “quar-

3 Para uma desmistificação dessa expressão, ver Julien Duval. *Le mythe du “trou de la Sécu”*. Paris, Raisons d’Agir, 2006.

4 Não entraremos aqui no falso debate sobre a objetividade. É evidente para toda análise de discurso que a objetividade absoluta não existe. Ver, a esse respeito, um artigo muito esclarecedor de Jacques Bouveresse. “Noam Chomsky et ses calomnieux”. *Le Monde Diplomatique*, maio de 2010, pp. 14-15.

to poder”,⁵ isto é, usar a função crítica que lhes cabe. O jornalista é, portanto, ao mesmo tempo o intermediário entre seus leitores e o “acontecimento” e o intérprete desse “acontecimento”.

O jornalista não é um simples “transmissor de informações”, ele não faz só transmitir informações que encontraria em campo, informações já prontas que estariam à sua espera para serem reveladas e difundidas ao público. Não somente é ele – e mais geralmente a redação – que seleciona o que será digno de ser nomeado “informação”, como também é ele que a coloca em palavras, em frases, em discurso e, assim fazendo, *dá sentido* ao acontecimento. Pois um acontecimento não existe em si mesmo: são os atores e os jornalistas que fazem existir um “fato bruto”, enquanto acontecimento. O acontecimento não é, pois, um fato, mas a *colocação em palavras* desse fato.⁶ Antes de transmitir e para transmitir esse fato em informação, o jornalista começa por selecioná-lo e decifrá-lo: ele detém, por suas competências e seu *status*, o direito de extrair da massa dos fatos um “sentido” que não estaria acessível a todos.

A maioria dos textos considerados aqui é composta por editoriais e artigos de opinião, dito de outro modo, artigos de comentário. Esse gênero jornalístico particular⁷ está logicamente menos submetido à exigência da objetividade e tem precisamente por função liberar o sentido do aconteci-

5 Os três primeiros poderes são os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

6 Segundo M. Foucault (*L'ordre du discours*. Gallimard, 1971, p. 59), um acontecimento não tem existência material, ele não é “nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo”, mesmo que proceda *da* ou se produza *na* materialidade. São os atores (e os jornalistas) que o fazem existir de maneira discursiva como acontecimento. Fala-se de “processos de construção do acontecimento”.

7 Guilbert, 2007, pp. 36-44.

mento. Desse ponto de vista, os editorialistas e os articulistas são frequentemente qualificados, com justiça, me parece, como “formadores de opinião”.

Além do mais, os jornalistas têm também um papel didático,⁸ o de fornecer ao leitor os elementos necessários à compreensão dos acontecimentos (rememoração dos fatos, do contexto, colocação em perspectiva); mas aí, ainda, a apresentação desses elementos está necessariamente impregnada de certa visão de mundo, no mínimo pela escolha das palavras.

Esses elementos, rapidamente resumidos, mostram quanto a responsabilidade do jornalista é essencial na democracia – da qual um dos princípios fundamentais é o de que os cidadãos sejam suficientemente informados para tomar decisões conscientes, quando consultados. Essa responsabilidade é tanto maior hoje que, em face da complexidade do mundo atual, o cidadão não tem outra possibilidade a não ser se voltar para os meios de comunicação para se informar.

Assim, a problemática de pano de fundo desta obra é esta: como os meios de comunicação desempenham seu papel de contrapoder e de informação? Sem dúvida, essa questão coloca implicitamente uma outra: os meios de comunicação ainda desempenham esse papel essencial de contrapoder em nossas democracias?

8 Ver Jean-Claude Beacco & Sophie Moirand. “Autour des discours de transmission de connaissances”. *Langages*, n. 117, 1995, pp. 32-53.

Os três polos “democráticos”

Embora essa obra tematize – e tente levantar –, de um ponto de vista crítico, algumas das (falsas) evidências linguageiras nas quais somos constantemente mergulhados, há uma “evidência” que é bom lembrar, mesmo que brevemente, para melhor compreender o que segue: desejemos ou não, o funcionamento atual das democracias ditas modernas repousa sobre três pilares que formam um triângulo interacional. Os três vértices desse triângulo, os três polos,⁹ são o poder político (que representa *teoricamente* os cidadãos), os meios de comunicação (que representam *teoricamente* o contrapoder do qual acabamos de falar) e a opinião pública (que representa *teoricamente* o que pensa o conjunto da população).

Tais são, portanto, *teoricamente*, a representatividade e o papel respectivos de cada um dos polos; ora, antes mesmo de nos debruçarmos sobre suas inter-relações, é fácil constatar o quanto esse mecanismo democrático se enfraqueceu no que concerne aos polos político e midiático, e quanto ele é falseado a propósito do polo “opinião pública”.

Poder político e mídia

O poder político é eleito, mas sua representatividade apresenta problemas democráticos e éticos – ao menos do ponto de vista da representatividade social ou da feminina. Da mesma forma, a função crítica da imprensa parece difícil de ser exercida quanto mais os grupos monopolistas são po-

9 Metáfora emprestada de Jacques Bouveresse. “Karl Kraus, le monde intellectuel et la presse”. *Pour une analyse critique des médias. Le débat public en danger*. Bellecombe-en-Bauges, Éditions du Croquant, 2007, pp. 71-94.

derosos nos meios de comunicação,¹⁰ e quanto mais a publicidade questiona a pluralidade da informação.¹¹ Além disso, está hoje demonstrado que poder político e meios de comunicação são fortemente entremeados. As origens socioculturais, os percursos de formação, os modos de vida e a visão de mundo dos “grandes jornalistas” e dos políticos, seus *habitus*, portanto, são frequentemente muito próximos.¹² Assim, a informação parece girar num circuito fechado: produzida para e por aqueles que dela tiram um benefício direto. Como toda mercadoria. A interação político-midiática é tão forte que muitas vezes é difícil saber se a informação é criada pelo político ou pelo jornalista.¹³

Como informar quando a função crítica é tão maltratada, e o que dizer, então, do contrato de objetividade? Podemos compreender o mundo atual se a única representação que é dada dele nos meios de comunicação é justamente aquela do discurso neoliberal?¹⁴ Se as palavras utilizadas encerram apenas uma única visão de mundo, dominante, portanto, partidária?

10 Sobre esses grupos, ver Ignacio Ramonet. *Nouveaux pouvoirs, nouveaux maîtres du monde. Un monde sans cap*. Québec, Éditions Fides, 2001 [1996]; Serge Halimi. *Les nouveaux chiens de garde*. Paris, Liber/Raisons d'Agir, 1997; “L’empire des médias”. *Manière de voir*, n. 63, *Le Monde Diplomatique*, 2002.

11 Os artigos da imprensa são submetidos desde os anos 1980 ao ditame das “expectativas dos leitores”, o que reduz ainda mais a pluralidade. Ver Patrick Champagne. “Le journalisme à l’économie”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 131-132, 2000, pp. 3-7; e Julien Duval. “Concessions et conversions à l’économie”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 131-132, 2000, pp. 56-75.

12 Sobre as intimidades entre poder político e proprietários de meios de comunicação, ver “Combat pour les médias”. *Manière de voir*, n. 80, *Le Monde Diplomatique*, avril-mai 2005, sobretudo Marie Bénilde. “En France, une affaire de familles”, pp. 36-39.

13 Ver Halimi, 1997; e Evelyne Pinto (dir.). *Pour une analyse critique des médias*. Bellecombe-en-Bauges, Éditions du Croquant, 2007.

14 Ver Duval, 2000; e Guilbert, 2007. Nossas análises (a primeira, sociológica; a segunda, discursiva) convergem: a imprensa francesa (do jornal *Figaro* ao *Libération* passando por *Le Monde*, *Le Point*, *Le Nouvel Observateur* e *L’Express*) tem uma estrutura socioeconômica e um conteúdo ideológico que favorecem a difusão de uma visão neoliberal do mundo atual.

Poder da opinião ou opinião do poder?

Agora é possível precisar, à luz do que precede, a questão principal de que trata esta obra: como os meios de comunicação conseguem impor a evidência do discurso neoliberal?

A utilização da opinião pública ocupa um lugar central entre os procedimentos utilizados. Exporei no Capítulo 3 por que a opinião pública não é, em nenhum caso, aquilo que ela supostamente representa.¹⁵ Alguns questionamentos podem, todavia, ser já colocados: em que aspectos a soma das opiniões individuais constitui uma opinião comum? Como realizar uma soma de opiniões, senão simplificando, reconfigurando, formatando as opiniões particulares? Além disso, uma opinião, mesmo comum (admitamos), não permanece aquilo que ela é: uma opinião?

Sabemos, desde a Antiguidade, que geralmente a opinião é apenas a expressão daquilo que transmitem de modo imediato nossos sentidos e nossa afetividade, mais do que o que nos diz o tempo da reflexão e do exame. Ora, os entrevistadores interrogam-nos sobre tudo e qualquer coisa; o pobre entrevistado é intimado a ter uma opinião sobre temas como: o melhor candidato socialista para a eleição presidencial, o incremento do tempo de contribuição para a aposentadoria, o moral dos franceses, a proibição da burca no espaço público, o aumento da delinquência, a insegurança, as causas da fome no mundo etc.

¹⁵ Ver Éric Landowski. *La société réfléchie*. Paris, Seuil, 1989; Patrick Champagne. *Faire l'opinion*. Paris, Minuit, 1990; Jeannine Richard-Zappella. "Variations interrogatives dans la question de sondage" (pp. 5-18) e "Mobilisation de l'opinion publique par les sondages" (pp. 60-75). *Mots*, n. 23, 1991; e minha contribuição a esse debate (Guilbert, 2007).

A opinião pública é considerada aqui como um *artefato*, uma construção fictícia, quer nos autoproclamemos seus porta-vozes, quer a mensuremos por meio de pesquisas. Isso posto, é necessário acrescentar que a opinião pública é uma *crença coletiva*: aí está seu único modo de existência. Não se trata aqui de negar essa realidade, mas de levá-la em conta. Pois essa crença é utilizada de um ponto de vista retórico e argumentativo pelos jornalistas e pelos políticos. Mostrarei, também no Capítulo 3, como a utilização da opinião, alternadamente ponto de apoio e cavalo de Troia do jornalista, permite que ele transmita os dogmas neoliberais como evidências, dito de outro modo, impô-los sem causar espanto, de maneira invisível, e de constituí-los assim em opiniões compartilhadas.

O que é o discurso neoliberal?

Discurso neoliberal, liberal, ultraliberal, capitalista?

“Neoliberal”¹⁶ e “neoliberalismo”, termos frequentemente utilizados nesta obra, podem incomodar, e até se prestar a polêmica. Ambos são ora inexistentes, ora considerados como não pertinentes por um certo número de autores. No entanto, numerosos são os analistas que notam que uma “nova” forma de liberalismo apareceu desde os anos 1970, marcando assim uma *radicalidade*: essa “nova doutrina” prega de

16 Termo proposto no Colóquio Walter Lippmann, ocorrido em agosto de 1938 em Paris; seu ato oficial de nascimento seria devido a L. Rougier e F. Hayek com a ocorrência “tradition néolibérale” segundo Nathalie Krikorian. “Européanisme, nationalisme, libéralisme dans les éditoriaux de Louis Pauwels (*Figaro-Magazine*, 1977-1984)”. *Mots*, n. 12, 1986, p. 184.